Ata da Audiência Pública da 13ª Comissão de Direitos Humanos, Povos Indígenas e Minorias - COMDIHPIM , realizada no dia 28 de abril de 2025.

Aos vinte e oito dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, com início às treze horas e quarenta minutos, foi realizada a Audiência Pública da **13ª Comissão de Direitos Humanos, Povos Indígenas e Minorias - COMDIHPIM** sob a presidência do **vereador Zé Ricardo (PT),** em resposta a seu requerimento legislativo 3188/2025 solicitado em alusão ao Dia dos Povos Indígenas e para debater a situação dos Povo Indígenas na cidade de Manaus. Estiveram presentes à sessão os convidados: o senhor Walfran Torres, secretário de Relações Institucionais e Promoção da Igualdade Racial, representando o prefeito de Manaus; o senhor Fernando Merloto Soave, procurador das Causas Educacionais Indígenas do Ministério Público Federal; a senhora Marcivânia Rodrigues Paiva, presidente da Coordenação dos Povos Indígenas de Manaus (COPIME); a senhora Alva Rosa Tukano, presidente do Fórum Estadual de Educação Escolar e Saúde Indígena (FOREIA); o senhor Edmilson Frota de Lima, Coordenador Regional da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI); o senhor Joabe Campos, representando a Fundação Estadual dos Povos Indígenas do Amazonas (FEPIAM); a senhora Inory Kanamari, advogada indígena; a senhora Inaíra Melo, liderança da Aldeia Comunidade Igarapé do Branquinho; e a senhora Mariazinha Baré, representante da articulação das Organizações e Povos Indígenas do Amazonas (APIAM). No início da sessão, o vereador Zé Ricardo apresentou um vídeo institucional sobre as políticas nacionais para os povos indígenas. Em seguida, o vereador Zé Ricardo destacou que a ideia da audiência seria de ouvir representantes dos indígenas da cidade de Manaus, que segundo o IBGE, são mais de 70 mil pessoas. Na sequência, o vereador passou a palavra ao procurador Fernando Merloto que comemorou o fato de a Câmara estar acolhendo as razões dos povos originários e colocou em relevo que até hoje não teriam sido implementados centros culturais criados por lei municipal. Em seguida, a senhora Marcivânia destacou que haveria um alto índice de racismo nas escolas e em geral na cidade contra os povos indígenas e leu uma listagem de reivindicações entregues ao vereador responsável pela audiência pública como, por exemplo, garantir uma cadeira no Conselho Municipal de Educação para um indígena. Em seguida, a senhora Inory Kanamari afirmou que ainda não haveria comissão indígena dentro da OAB do Amazonas e entregou ao vereador uma solicitação para a busca de vagas exclusivas de indígenas em concursos públicos em geral, pedido que, segundo ela, seria ignorado pelo Ministério Público Federal haveria anos. Em seguida, o vereador Zé Ricardo passou a palavra ao senhor Emilson Munduruku, representando a Funai, que afirmou ser o atendimento de saúde ser o maior problema dos indígenas em Manaus. Segundo ele, precisa-se discutir alternativas de também trazer o município para atendimento de saúde. Hoje haveria uma UBS no Parque das Tribos, mas não atenderia obviamente a todos os indígenas da cidade de Manaus. Na

questão de educação, segundo o senhor Emilson, também estaria muito aquém do que seria preciso, além da questão da habitação e moradia. Segundo o senhor Joabe Campos, da Fepiam, haveria muito por se fazer ainda na questão das políticas públicas aos indígenas, mas a fundação da qual faz parte faria vários movimentos de inclusão dos povos indígenas, como espaços físicos na feira da Eduardo Ribeiro e promovendo cursos de formação. A fundação estaria atualmente em busca de fazer uma sala de informática para cursos voltados aos indígenas. O vereador Zé Ricardo questionou sobre qual seria o orçamento anual da fundação e o senhor Joabe respondeu serem R$ 8,5 milhões. O vereador Zé Ricardo destacou que quando ele assumiu o mandato de deputado estadual aprovou emenda que 0,5% da arrecadação do Estado fosse destinado a políticas indígenas, na época que o governador Amazonino estava no governo, mas a primeira medida que o atual governador Wilson Lima fez no primeiro mandato foi acabar com a conquista para as causas indígenas. Em seguida, o vereador passou a palavra ao secretário municipal de Relações Institucionais Walfran Torres. O representante da prefeitura leu uma listagem de benfeitorias que estariam sendo planejadas para serem implantadas aos indígenas de Manaus ainda este ano, como um conjunto habitacional com 576 moradias e implantação de hortas terapêuticas indígenas no Parque das Tribos. O vereador Zé Ricardo destacou que queria registrar o fato que a senhora Marcia Dias relembrou, que quando o governador atual assumiu a primeira vez, teria reduzido o percentual destinado a entidades que trabalham com indígenas para 0,5% da arrecadação líquida e houve deputados que queriam tirar até este percentual. Este ano, segundo o vereador, tomando-se em conta o orçamento executado de 2024 da Prefeitura, de R$ 9 bilhões, seriam R$ 45 milhões para as políticas públicas voltadas aos povos indígenas. Na sequência, foi passada a palavra a senhora Alva Rosa Tukano, representante do Fórum de Educação Escolar e Saúde Indígena (Foreeia), que teria feito um levantamento de todos os povos indígenas em diversas vertentes, desde o que mora em áreas indígenas ao que mora em áreas urbanas, mas todos são indígenas. Segunda ela, o Amazonas tem a maior população indígena do País e Manaus teria a maior população indígena do país então seria necessário que o prefeito e o governador pensassem em políticas públicas destinadas a estas pessoas. Em uma apresentação levada ao Plenário mostrou a importância da implementação de políticas públicas de saúde, educação e em todas as áreas específicas e diferenciadas às populações indígenas. Em seguida, o vereador Zé Ricardo passou a palavra a senhora Mariazinha Baré, da Articulação das Organizações e Povos Indígenas do Amazonas (APIAM), que relevou sobre a discriminação estrutural que os povos indígenas sofrem, destacando que suas ancestralidades sempre estiveram em Manaus onde, para ela, seria um dos municípios mais racistas contra indígenas no país. Ela reclamou ainda sobre a ausência de vereadores na audiência pública, dos 41 apenas o vereador Zé Ricardo, que solicitou a reunião, compareceu, o que, para ela, seria um descaso somado à falta de políticas públicas para os indígenas. Para o vereador Zé Ricardo, felizmente já há muito tempo se comemora o dia 22 de abril como o dia que os europeus aportaram no Brasil e não como descobrimento. Na sequência, a senhora Debora Apurinã solicitou em nome de todos os pajés que o prefeito Davi Almeida crie a Secretaria de Causas Indígenas, que havia sido prometido durante a eleição. Ela lembrou ainda que a TV Câmara parou de gravar a reunião e não se entenderia a razão (*N.R. A secretária da Comissão verificou que um nobreak*

quebrou e a transmissão foi paralisada). Na sequência o cacique Agenor afirmou que estaria na audiência pública para cobrar o compromisso do prefeito na campanha eleitoral para trazer políticas públicas aos indígenas. Ele afirmou ainda que o vereador Salazar estaria invadindo áreas com armas atrás dos indígenas e, se ele estaria representando o povo do Amazonas, não deveria estar realizando estes atos. Em seguida foi passada a palavra ao senhor Milton Soares que afirmou que os indígenas precisam de ajuda para organizar documentos para buscar benefícios do INSS. Na sequência, foi passada a palavra ao senhor Robério Cambeba que frisou que muitas reintegrações de posse puniram os indígenas por não entenderem que as terras pertencem a eles secularmente e que o vereador Salazar estaria taxando os indígenas de bandidos nas redes sociais. Para ele, não haveria políticas públicas suficientes para atender aos 71 mil indígenas de Manaus. Segundo o vereador haveria vários casos nessa área e haveria pouco tempo que soube de uma promessa da Suhab para algumas famílias que estão na beira de um abismo, abandonadas no Conjunto Cidadão 10. Na sequência, o senhor Marlon Kokama solicitou uma maior presença da Funai nas comunidades indígenas de Manaus e colocou em relevo o fato de não ter nenhuma escola indígena na área urbana. Ainda em sua fala, o senhor Marlon elencou uma série de denúncias feitas de desmatamentos ilegais para condomínios de luxo próximos a áreas indígenas e haveria vários condomínios sendo construídos no Parque das Tribos, mas não se saberia se são para os indígenas locais. Em seguida, a senhora Chitara Apurinã destacou que houve assinatura da lei para construir a primeira escola indígena de Manaus, mas até hoje a secretária de Educação do município não a receberia em seu gabinete após várias tentativas de questionar sobre a escola. Ela afirmou ainda que o vereador Sérgio Baré não atuaria pela causa indígena. Em seguida a senhora Selma Moura reclamou ser um desrespeito a falta de vereadores na audiência pública. O vereador Zé Ricardo destacou que o vereador Sérgio Baré seria de Roraima. Na sequência, o senhor Gerson Priante fez um registro em nome da Pastoral da Terra, que trabalharia com conflitos agrários e também com questões sobre água, floresta e seus habitantes e, em junho, estaria completando 50 anos de presença no Brasil ao lado dos mais vulneráveis. Para ele, seria necessário reunir ainda mais indígenas no plenário para se fazerem ver, já que a maioria dos vereadores ignorou a pauta. Continuando a audiência pública, foi passada a palavra a senhora Miriam Leite da Silva, da etnia Baré que reclamou do fato de os vereadores não terem participado da audiência. A senhora Miriam, que seria professora, denunciou que estava com atraso salarial de mais de três meses. Em seguida o cacique Domingos Sávio que reclamou que a comunidade Sol Nascente seria abandonada pelos poderes públicos, onde ambulância, Uber ou segurança pública não entrariam na comunidade. Na sequência o cacique Renato Moura pediu um olhar prioritário aos povos indígenas. O senhor Ramiro Cardoso destacou que a Funai não tem feito lutas pelos indígenas e sim os próprios indígenas estariam travando essas lutas pelos seus direitos e, para ele, apenas a Fepiam entraria na luta pelos povos indígenas. Em seguida, Brendo Cazuza, representante da juventude indígena, destacou que a juventude busca, no movimento indígena, maior respeito e mais seriedade. O senhor Ismael Munduruku afirmou que os políticos locais não teriam compromisso com os indígenas, assim como o prefeito. Para o cacique Luis Sateré não seria necessário todos os vereadores no plenário pois o vereador Zé Ricardo estaria na luta com os indígenas. Na sequência, foi passada a palavra ao professor

Raimundo Nonato, da Ufam, que reiterou apoio aos povos indígenas e firmou compromisso com o povo Mura em relação à invasão da empresa Potássio do Brasil e solicitou que o relatório da audiência seja enviado a todas as entidades presentes para monitorar as propostas que foram encaminhadas ao vereador. Em seguida, se pronunciou a senhora Fabiana Furtado, do Cimi/Caritás, que elencou diversas necessidades das comunidades indígenas, como vacinas em crianças, atendimento odontológico e ginecológico. Na sequência, se pronunciou a senhora Ivete Tukano destacou estar no evento para somar na luta dos indígenas. Em seguida, o senhor Silvio, do povo yanomami, que reclamou do fato de não haver secretarias específicas para povos indígenas em Manaus ou no Amazonas. O vereador Zé Ricardo destacou que embora haja poucas vozes indígenas nos legislativos, todas são fortes, mas mesmo o Amazonas tendo a maior população indígena do país a representação local ainda seria mínima. O vereador frisou ainda que seria necessário pressionar para que no orçamento da prefeitura houvesse uma rubrica específica para destinar aos povos indígenas, sendo que neste ano só teria R$ 3 milhões previstos para construção de escolas indígenas sendo o montante total do orçamento municipal de mais de R$ 10 bilhões. Feitas essas considerações, o vereador Zé Ricardo agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião às dezesseis horas e quarenta e um minutos. E para que conste eu.....(Liege Albuquerque, redatora), lavrei a presente Ata que depois de lida, discutida, votada e aprovada, foi assinada pelo solicitante da Audiência Pública.

Ver. Zé Ricardo (PT)
Presidente da COMDIHPIM